

Revista
Latino-americana de

Geografia e Gênero

Volume 11, número 1 (2020)
ISSN: 2177-2886

Entrevista

'Hacia la Comunidad, Siempre', os Caminhos do Feminismo Comunitário: Entrevista com Julieta Paredes¹

'Hacia la Comunidad, Siempre', los Caminos del Feminismo Comunitario: entrevista con Julieta Paredes

'Hacia la Comunidad, Siempre', the Ways of Community Feminism: an Interview with Julieta Paredes

Kena Azevedo Chaves
Universidade Estadual Paulista - Brasil
kenachaves@gmail.com

Como citar este artigo:
CHAVES, Kena Azevedo. 'Hacia la Comunidad, Siempre', os Caminhos do Feminismo Comunitário: Entrevista com Julieta Paredes. **Revista Latino Americana de Geografia e Gênero**, v. 11, n. 1, p. 286 - 298, 2020. ISSN 2177-2886.

Disponível em:
<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rlagg>

Introdução

Julieta Paredes é pensadora Aymara, boliviana, ativista e impulsionadora do feminismo comunitário. Nascida em La Paz em 1967, Julieta é cofundadora do movimento *Mujeres Creando* (1992), criadora do movimento '*Mujeres Creando Comunidad*' (2003), autora de livros e artigos sobre feminismo comunitário e a luta das mulheres indígenas, dentre os quais '*Hilando fino desde el feminismo comunitario*' (2008) e '*El desafío de la despatriarcalización*' (2016). Em sua trajetória militou no movimento estudantil, nas lutas contra políticas neoliberais na Bolívia, e junto aos povos originários nos movimentos de base para a construção da nova constituição boliviana que refundou o país como Estado Plurinacional.

O feminismo comunitário surge na Bolívia no contexto de convergência entre tendências feministas autônomas e os movimentos populares de luta contra as pressões neoliberais no início dos anos 2000. Tem como premissa fortalecer as lutas através das perspectivas das mulheres, e enfrentar o machismo e o patriarcado através de organizações comunitárias. Como proposta teórica e prática, estética e política, o feminismo comunitário se organiza conceitualmente a partir dos acúmulos de conhecimentos e lutas das mulheres indígenas, em especial Aymaras, e coloca-se como resistência ao patriarcado e ao neoliberalismo.

A entrevista realizada aborda a trajetória política e pessoal da autora; os caminhos traçados e as propostas do feminismo comunitário; os diálogos possíveis com outras autoras e tendências do pensamento feminista decolonial; Julieta esteve presente na primeira Marcha Nacional das Mulheres Indígenas, que aconteceu em agosto de 2019 em Brasília (DF), e nessa entrevista faz breve análise sobre a atuação das mulheres indígenas no Brasil, além de discutir o momento político atual, apontando para as contribuições do feminismo comunitário para construção de alternativas de superação.

Desenvolvimento

Kena Azevedo Chaves (KAC): Boa tarde Julieta. Para começar, gostaria de perguntar sobre quem você é, qual sua trajetória política e familiar?

Julieta Paredes (JP): Sou o que sou graças à minha mãe e às minhas avós, graças ao seu caminhar. Graças aos meus ancestrais, principalmente mulheres, mas também homens, com toda sua contradição. O que me fez ser o que sou foram as condições do meu povo, não apenas do meu povo, mas de todos os povos de Abya Yala². Sou o que sou por conta do mundo, um mundo no qual não pedimos permissão para chegar, e que tampouco nos pedem permissão para que venhamos a uma família, a um território, num determinado momento. Sou meu tamanho, minha cor, meu corpo, sou o lugar em que estou, e somo a

1 Entrevista realizada em 24 de agosto de 2019, na unidade Vila Mariana do Serviço Social do Comércio (SESC), na cidade de São Paulo.

2 Abya Yala na língua do povo Kuna (Colômbia e Panamá) significa "Terra madura", "Terra Viva" ou "Terra em florescimento", a expressão é utilizada como sinônimo de América e ganha cada vez mais espaço entre os povos originários do continente (Porto-Gonçalves, 2006).

tudo isso o que significaram as migrações, ou, melhor dizendo, o caminhar. Estamos agora questionando a palavra migração. Nossos povos, nossos avós sempre caminharam por muitos territórios. Não existiam fronteiras, nem cidades, nem a propriedade da terra. A terra sempre foi nossa mãe e sempre existiu o caminhar; o conceito de migração é algo Moderno e que tem função de excluir. Nessa trajetória de caminhar que fizeram, meus avós deixaram um lugar de trabalho camponês e foram para um lugar de trabalho industrial, para La Paz e também Oruro, com a mineração. Nesse seu caminhar foram perdendo a terra e seu território. Bolívia é um território em que nós, povos originários, somos maioria, e como povos originários sempre mantivemos um movimento político. Desde a invasão colonial minhas avós se mobilizaram para resistir, creio que como todos os povos. Acontece que na trajetória de fundação do Estado Moderno na Bolívia, entre 1700 e 1900, vivemos levantes e revoltas importantes que talvez não tenham ressoado em toda Abya Yala, talvez porque estamos ali cercados pela Cordilheira dos Andes. Mas nossos antepassados nos contam como lutaram, contam como morreram, e nós hoje contamos para nossos sobrinhos como lutamos contra a ditadura; é algo falado, sai pela boca, eu vi, eu participei, eu posso contar. Essa passagem da força e da energia das lutas através da oralidade é muito importante, e isso me faz ser o que eu sou.

KAC: E quais foram as suas primeiras influências teóricas?

JP: A primeira explicação que tive do mundo chegou pela presença das concepções Aymaras das minhas avós e também da teologia da libertação. Vivemos uma mescla, e essa mescla ocultou nossos antepassados, nossas avós e avôs, nossa espiritualidade. O termo sincretismo é muito arrogante, usado sempre para esconder também o que nos fizeram. Existem povos, irmãs e irmãos originários que a partir de seu coração são cristãos, foi sua decisão, e está bem que seja assim. Porém, o que fizeram foi nos ocultar. O sincrético hoje já não tem essa força da identidade, isso estava oculto e agora se coloca com mais força. Com tudo isso posto, vejo que a teologia da libertação contribuiu trazendo elementos teóricos para fazer uma análise de classe, muito importantes inclusive, e eu agradeço. Essa perspectiva me permitiu entender, a partir de um lugar não necessariamente político – como disputa de poder diretamente – ou acadêmico, mas sim de militância das comunidades eclesiais de base. Meu bairro era uma dessas comunidades. Nós não queríamos tomar o poder, queríamos estar bem e tranquilos entre nós mesmos, comer, cuidar a saúde. Nesse contexto eu fui me construindo. Dentre eles era tratada muitas vezes como uma Imilla, palavra que se usa na cidade de La Paz referindo-se às meninas indígenas. Chamar de Imilla uma pessoa mais velha ou jovem tem conotação racista e também o intuito de infantilizar. Eu fui tratada dentro da esquerda sempre como uma Imilla, na época em que era dirigente estudantil na universidade; e isso também se relaciona ao fato de eu ser lésbica, ainda que eu não soubesse o que significava essa palavra, nem soubesse o que eu era, mas sentia o que eu era. E eu acredito que sou feita de tudo isso, de uma combinação de elementos, da memória histórica de minha avó. Ela não sabia ler nem escrever bem em castelhano, mas sabia o que queria em seu coração.

Minha avó me deu os lineamentos políticos do porquê estudar, para quê lutar, como lutar. Ela tinha pensamentos comunitários anarquistas (risos). Ela era sapateira, caminhou do campo para a cidade em busca de trabalho e seu contato com a fábrica, com a indústria, e também a memória de suas avós e de sua mãe, lhe deram esse conteúdo antiestatal. Essa trajetória foi se construindo, e nos anos 1980, depois da ditadura, voltaram os senhoritos e senhoritas exilados, o povo ficou na Bolívia resistindo, lutando, mas eles se foram e quando voltaram, tinha feito seus estudos e acreditavam saber o que fazer com a Bolívia, e se equivocaram. A esquerda social-democrata nos trouxe muito sofrimento, dor, suicídios, principalmente para as mulheres, e como consequência de sua ação, instalaram-se as bases para o neoliberalismo. O seu fracasso entregou o povo nas mãos do neoliberalismo. Isso tudo foi muito doloroso. Temos que pensar que nem tudo é “culpa” do capital; os capitalistas, que são uma elite, um grupo pequeno, não são tão inteligentes, temos que olhar também para os erros que cometemos como povos.

KAC: Como surge o Feminismo Comunitário?

JP: Nessa trajetória, fundamos Mujeres Creando; no ano 2000 rompemos e fundamos a Comunidade Mujeres Creando Comunidad, que pelo nome já se pode entender que voltamos às nossas raízes. Mujeres Creando foi um coletivo muito interessante, mas claramente ali estavam interesses diferentes. Nós não queríamos a arte e o espetáculo da performance, queríamos transformar a sociedade. E para isso utilizamos a criatividade, a estética, ações políticas e estéticas; a arte, mas não porque queremos ser artistas, não queremos nos exportar para, por exemplo, bienais internacionais de São Paulo, não é esse o nosso desejo. A comunidade Mujeres Creando Comunidad consegue caminhar junto aos nossos povos, com humildade. O feminismo é muito soberbo, acredita que pode explicar o mundo para as pobres mulheres, para as pobres indígenas. Nós caminhávamos com nosso povo, e o povo já estava fazendo a luta pela água, a luta pelo gás e depois a luta pela nova constituição, e nós não queríamos ir apenas caladas atrás, queríamos escutar e aprender. Nessa caminhada, as irmãs nos deram a palavra, nos disseram ‘a ver hermanas lo que tienen para decir’ e nós falamos; e nesse momento nos perguntaram ‘quién es su profesor?’ E nós dissemos que não tínhamos um professor, ‘somos feministas, e elas questionaram ‘pero el feminismo...’, e aí é que foi surgindo o que chamamos de feminismo comunitário. Aquele outro feminismo não era um feminismo com o qual as nossas irmãs se identificavam, ou seja, se sentiam atraídas pelo que nós falávamos, pelo que éramos como companheiras e irmãs, mas não se sentiam representadas pelas palavras que estávamos dizendo. Mesmo em Mujeres Creando Comunidad havia isso que de éramos feministas, e nos perguntavam ‘por que feministas?’, não encaixava, era como alface e piano (risos). Aí começamos a questionar o próprio conceito, e sentimos a necessidade de também nos descolonizar. E ao falar em comunidade não estamos apenas usando um termo utilitário, nós entendemos o que é a comunidade, entendemos que não é possível fazer algo sem a comunidade. Surgiu assim a necessidade de reconceitualizar os quatro componentes da comunidade: somos nós mulheres, nossos irmãos homens, as pessoas

intersexuais e a mãe e irmã natureza. E nós sempre consultamos a todas e todos, as mulheres, aos homens, aos intersexuais – por intersexuais não estamos considerando lésbicas ou gays, estamos falando de pessoas cujo corpo é outro – e também à mãe e irmã natureza. Somos quatro na comunidade.

KAC: O feminismo comunitário fala em descolonização, o que significa descolonizar?

JP: Sempre tomando a comunidade como conjunto, começamos a escutar com respeito os nossos irmãos, e menciono aqui o irmão Davi Choquehuanka, conselheiro do irmão Evo Morales, que colocou certa vez a necessidade de descolonizar o tempo. A palavra descolonização pode ser usada apenas como uma etiqueta, como uma palavra sem sentido. Na academia partiram dos estudos decoloniais e pós coloniais e hoje já aumentaram um 's', chamando estudos descoloniais, mas segue sendo a mesma coisa, ainda que tenham aumentado o 's'. Nós estamos falando em descolonização como uma ação permanente. Quando se diz que se está descolonizando, tem que se dizer como. A descolonização não é um estudo, não é algo abstrato. A palavra descolonização que surge com nossos irmãos na Bolívia é um chamado para a ação, e ação é agora. Essa colocação do nosso irmão nos fez pensar sobre a descolonização do tempo. Tínhamos uma necessidade de entender a contemporaneidade, tínhamos que reconceitualizar a contemporaneidade, reconstruir o próprio conceito de contemporaneidade. E o que fizemos com o feminismo comunitário foi pensar por nós mesmas, sonhar por nós mesmas, entender que estamos neste território, entender a territorialidade como um estar neste planeta num ponto determinado. E existem milhares de pontos neste planeta, e não uma linearidade que está sendo devorada pelos centros de poder como EUA e Europa, que impõe um tempo que é totalmente reducionista, ignorante, arbitrário, homogeneizante. Eles nos impõem uma universalidade soberba e arrogante, impondo sua modernidade, porém há milhares de maneiras de existir. E por isso é tão importante o conceito de contemporaneidade que nós aportamos aos nossos povos, e nós fizemos isso, como mulheres, para nossas comunidades, para que nossos irmãos entendam também o tempo e a contemporaneidade e não se sintam menos, e não estejam desesperados também por disputar o poder nos mesmos termos que os homens brancos, por que eles muito frequentemente caem nessa espécie de tentação, essa cumplicidade, eles caem nisso.

KAC: O feminismo comunitário é também um feminismo anticapitalista?

JP: O feminismo comunitário é um feminismo que luta pela comunidade de comunidades. Nós não nos colocamos nessa versão bipolar de anti-algo. É algo que traz uma dupla moral. Vivemos em uma sociedade capitalista, precisamos do dinheiro, vendemos nossas coisas, estamos em relações capitalistas também, mas estamos lutando para que as relações sejam comunitárias não capitalistas. Isso se constrói também denunciando as relações capitalistas, expulsando das nossas vidas as relações capitalistas, e, é claro, lutando contra os capitalistas e as capitalistas, pois também existem mulheres capitalistas que representam esses interesses. Nós lutamos contra os interesses capitalistas,

lutamos contra os comportamentos capitalistas, contra a aflição capitalista, contra as relações capitalistas instituídas dentro de nossas comunidades, também por indígenas. Temos que ser realistas, sem moralismos de ser ou não capitalistas, mas lutamos contra essas relações. As mulheres indígenas daqui também denunciam essas relações. O que o capitalismo traz para os povos indígenas? Para quê querem mais dinheiro? Para quê querem seguir matando a mãe / irmã natureza? Se necessitamos energia, se precisamos resfriar nossos alimentos, ou aquecer nos lugares que são frios, podemos pensar em gerar energia para a comunidade. Não é um problema buscar maneiras de fazê-lo. A questão é, quem se beneficia com isso? No governo de Evo Morales, nos dizem: necessitamos levar luz elétrica para as comunidades. E é verdade, precisamos de luz elétrica. E nesse ponto precisamos dialogar e problematizar: em que condições? Temos tecnologia para construir possibilidades, fazemos viagens à Marte, conseguem fazer trens subterrâneos abaixo do mar, temos criatividade e inteligência humana. Em vez de estarem pensando em fazer armas, porque não pensam em fazer novas tecnologias para gerar menor dano? Nisso temos que desafiar o capitalismo. Estamos contra a acumulação capitalista e não contra o progresso. Mais do que ter soluções, nós temos metodologias, estamos sempre transformando nossas perspectivas. E aí é onde radica a grande perseguição que sofremos hoje, nós feministas comunitárias, e eu pessoalmente, com calúnias, difamações, contra minha pessoa. Isso porque precisam justificar que não pode ser que mulheres indígenas, Aymaras, estejam trazendo reflexões e possibilidades de avanço para a humanidade e para o planeta, não pode ser! Tem que ter algo errado. Precisam inventar algo, e qualquer mentira é válida para que se amplifiquem, acusações sem provas. Aí radica a raiva e a inveja de outras mulheres feministas, de machistas, racistas, colonialistas, olham para as feministas comunitárias e dizem: são piores que as outras, não, apenas não são geniais, mas são piores! Mas isso não importa, nós sabemos o que estamos fazendo.

KAC: Como você recebe a proposta de Rita Laura Segato sobre a noção de 'patriarcado de baixa intensidade'³? Como o feminismo comunitário pensa as relações de dominação no interior das comunidades?

JP: É verdade que escutei Rita falar sobre isso. Ela é, além de tudo, uma grande amiga e eu lhe disse: 'Rita, é preciso diferenciar gênero e patriarcado'. Patriarcado e relações de poder de gênero não são a mesma coisa. O feminismo euro ocidental habitualmente confunde, nós não. Para nós são dois conceitos muito diferentes. É necessário diferenciá-los pelas consequências políticas que trazem. O que é o patriarcado? Para nós, feministas comunitárias, patriarcado é o sistema de todas as violências, opressões e discriminações que vive a humanidade. Como eu disse, a humanidade para nós é um conjunto das mulheres, homens e pessoas intersexuais. O patriarcado é o sistema de todas as opressões sobre a humanidade e sobre a mãe / irmã natureza. Não oprime apenas a humanidade, mas também a natureza. Porém, o patriarcado é historicamente construído sobre o corpo das mulheres. É importante compreender que o patriarcado oprime também aos homens, não da mesma

3 Ver mais em Segato, 2012; e Segato, 2016.

maneira, mas oprime também aos homens. E existem mulheres que por estarem inseridas no sistema patriarcal, são opressoras de mulheres e de homens. Não somos dois times, de um lado homens e do outro as mulheres. Também não somos uma única coisa, e não sei se todos os homens são iguais, não acredito que todos sejam iguais, por muitas razões. Nem todos os homens são iguais, nem todas as mulheres são iguais. Mas, sim, existe um sistema de todas as opressões, e nesse sistema está o colonialismo e o patriarcado foi construído com o colonialismo. O patriarcado também usa o capitalismo, usa o neoliberalismo, usa as relações racistas interpessoais, usa as relações homofóbicas, usa as discriminações de gênero. As relações de gênero são um dos instrumentos do patriarcado, confundir as duas coisas leva a erros políticos, nos faz pensar que todas nós mulheres temos uma só luta para fazer na história: uma luta contra os homens. Essa, inclusive, é a forma como o patriarcado constrói a nós mulheres, nos reduz a apenas uma pauta. Por outro lado, nessa descolonização do tempo que nós fazemos, falamos de 1492 como um entroncamento patriarcal. Estou escrevendo um livro que publicarei no próximo ano, que se chama 'El entronque patriarcal: la existencia del patriarcado ancestral'. Não chamaríamos a esse como 'patriarcado de baixa intensidade', mas eu respeito o que escreve a Rita. É um patriarcado ancestral que se construiu antes de 1492, com relações de gênero, relações de opressão entre masculino e feminino, mas não com as mesmas características que na Europa; eram outras construções, e isso vai ser publicado em breve em meu próximo livro.

KAC: Que paralelos existem entre as relações de dominação sobre as mulheres nessas diferentes culturas?

JP: Para nós, é importante dizer que 1492 gera cumplicidades e articulações entre homens colonizadores e indígenas. Cumplicidades entre os irmãos indígenas com os Juruás⁴, sobretudo no que diz respeito ao tratamento dos corpos das mulheres e que continuam até agora, mas, ainda assim, não se trata dos mesmos termos que o machismo juruá, não é o mesmo. 'Ay las mujeres indígenas, pobres, tienen tantos hijos...' Que bom! Não estão nos matando. O problema não são nossos filhos, mas sim como estamos vivendo, em que terra e em que território. Que bom que tenhamos filhos, porque as crianças não são somente de uma pessoa, são também da comunidade e não vão morrer de fome enquanto seguirmos vivendo e existindo. Digo isso aqui no Brasil. Lá em meu território, como Aymaras, deixamos essas práticas sociais, tivemos uma reforma agrária que converteu a todos os indígenas em camponeses, perdemos essas relações comunitárias, em poucos lugares se encontram as relações que aqui eu vivo com as irmãs e irmãos guaranis, aqui no Jaraguá⁵, por exemplo. É muito diferente. Eu sinto que nós Aymaras perdemos um pouco disso. Vejo que sim, nos comovemos com as crianças, mas não é o mesmo grau de solidariedade que tem aqui, isso é muito lindo e é um aprendizado – sem

4 Juruá é a palavra guarani utilizada para referir-se aos brancos, ou aos não indígenas. Julieta tem relação de amizade e parceria com os Guarani que vivem nas aldeias próximas à cidade de São Paulo.

5 Referência à Terra Indígena Jaraguá, na Região Metropolitana de São Paulo.

mitificar, é claro. A questão é que os fazendeiros, a mentalidade brasileira, são colonialistas. São como um cavalo que vai pisando e matando tudo o que existe. E vão matando! E temos que resistir, temos que lutar pela mãe terra, mas não simplesmente como um meio de produção, como a esquerda muitas vezes faz, partindo de uma perspectiva de luta de classes. Para mim, é preciso dialogar, mas eu não sei se eles querem dialogar. Não vejo os movimentos de esquerda se aproximarem dos povos indígenas. Da mesma forma como tratam a mãe terra, eles tratam as mulheres. Entre nós indígenas não posso dizer que está tudo bem, e que estamos iguais, mas não é o mesmo machismo dos juruás. Não estamos fazendo um concurso entre quem é o pior, mas precisamos usar essas diferenças para aprender e para ter cuidado sobre que coisas precisam ser tratadas com as irmãs originárias aqui, como vamos lutar contra esses machismos e contra o patriarcado, que são lutas que se relacionam, mas que não são as mesmas.

KAC: María Lugones⁶, em seus trabalhos, diz que 'gênero' e a categoria 'mulher' são imposições coloniais, como você interpreta essa posição?

JP: Eu tive a oportunidade de discutir com Lugones, e, sinceramente, estou muito distante do que ela opina. O que ela diz é que não havia relações de gênero antes da colônia, e isso é uma mitificação, parecida com a que faz Anibal Quijano, e Lugones é aluna de Quijano, ela o reconhece como seu mestre. Mas o que penso é que é uma romantização. Warmi, em Aymara, quer dizer mulher. O que não havia antes era a palavra feminino, não existia, mas não significa que não existiam as relações. Ela romantiza muito, mitifica muito as relações anteriores, e isso a leva a alguns erros. É um tipo de desumanização, ela acaba repetindo justamente aquilo contra o que está lutando. O que éramos antes, anjos? Vivíamos numa maravilha, num paraíso perdido? Não! Temos que pensar através da contemporaneidade. Nós tínhamos nossos próprios problemas: aqui havia mentiras, guerras, os povos se matavam, com opressões também. As bases organizativas sociais antes de 1492 eram muito diferentes, eram outras, mas não significa que éramos anjos, isso é desumanizar, é, outra vez, remeter-se ao bom selvagem. "Os índios são bons"? Que classificação é essa? Se os próprios índios não pensam assim, se as mulheres indígenas não pensam assim, quem pensa dessa forma? Que pensam que somos nós? Acreditam que somos bons e bobos, que não podemos tomar decisões éticas, que não podemos compreender que os fazendeiros estão roubando as terras, nem podemos nos defender, nem podemos aprender a ler e escrever, nem podemos ser advogados ou engenheiros, entende? Eu acredito que Lugones comete esse erro intelectual e também político..

KAC: Diferenças conceituais e políticas entre as perspectivas feministas muitas vezes distanciam essas perspectivas. Quais as conexões possíveis entre os feminismos?

JP: Nós não somos feministas, nós somos feministas comunitárias por uma estratégia epistêmica e semântica, de disputa no terreno das palavras e dos

6 Ver mais em Lugones, 2012.

conceitos. Isso é o que temos que fazer como netas e bisnetas de nossas avós lutadoras, que não estavam em tempos de entrar nas universidades como mulheres dos povos originários, elas estavam em outro tempo e lutaram. Nós estamos neste outro tempo e com o que temos, precisamos lutar. Nós entramos nas universidades não como presente de ninguém, mas pela luta dos nossos povos. Temos que colocar a serviço do nosso povo os outros instrumentos de luta; temos que disputar as palavras, os conceitos, as teorias, disputar o campo dos sonhos. O que são as teorias sociais e revolucionárias? São sonhos da humanidade. Não apenas nossos irmãos homens podem pensar – homens machistas, proletários, ou mesmo os nossos irmãos homens indígenas – que só eles vão lutar. Ou que só a Europa pode pensar teorias revolucionárias para a humanidade. Nos territórios, nós também estamos pensando em transformar, revolucionar todo o sistema. Em nossos territórios, não pensam apenas nossos irmãos homens indígenas, pensamos também nós mulheres, junto com eles. Disputar esse território das palavras significa dizer que nós não somos feministas, somos feministas comunitárias. Nós agarramos essa palavra e a reconceitualizamos. Para nós, feministas comunitárias, e para poder usar essa primeira parte do nosso nome, dizemos: o feminismo é a luta de qualquer mulher, em qualquer parte do mundo, em qualquer tempo da história, que luta e se rebela contra um patriarcado que a oprime, ou que pretende oprimi-la. Isso é muito importante, por que nós não nos lemos somente a partir de 1789, na revolução francesa, que é de onde se leem as feministas. Nós nos lemos nas lutas anticoloniais, e também nos lemos, sobretudo hoje, que podemos trabalhar o patriarcado ancestral, nas lutas das mulheres antes de 1492, que lutaram também contra os poderes construídos em nossos próprios territórios antes das colônias. Então, mal poderíamos nos chamar feministas; as feministas são recentes, nós somos antigas lutadoras, muito mais antigas lutadoras, por isso podemos dizer que não somos feministas, mas já que estamos falando deste mundo: somos Feministas Comunitárias. E quais seriam as relações possíveis? Depende. Essas relações vamos construir na medida em que as feministas deixem claro contra o que estão lutando. Nós lutamos contra o patriarcado, que é o sistema de todas as opressões. As feministas estão lutando pelo aborto legal, mas nós não lutamos pelo aborto legal, lutamos pela descriminalização do aborto, mas não pelo aborto legal. Não queremos que nenhum Estado tenha que decidir sobre os corpos de nenhuma mulher, muito menos sobre os corpos das mulheres indígenas. Não vamos lhes entregar, através do aborto legal, a permissão para ir abortar. Esse é o aborto legal: o Estado vai te dar o protocolo para que abortes. Não. O que queremos é descriminalizar o aborto, e isso é outra coisa. Nós acreditamos que a violência sobre nossos corpos de mulheres, por parte de nossos irmãos, homens e amigos, é algo que não tem que ser solucionado unicamente, ou principalmente, por essa justiça que constrói os próprios violadores, os próprios violentos, e que também é violenta. Temos que solucionar tudo isso primeiramente em nossas comunidades, e temos que nos responsabilizar todas e todos pela existência desses estupradores e agressores. De onde saíram esses homens? Por acaso nasceram estupradores ou feminicidas? Não! Isso é uma dupla moral das sociedades. Me indigna e me dá raiva as agressões, se tocam alguém de minha família, vou reagir. Mas a maneira não é entregar esses

agressores para a polícia ou para os tribunais. O que solucionamos assim? É preciso buscar as soluções, não apenas a punição. Nas lutas estão dizendo: tem que punir e se não punem nós faremos a punição. Uma coisa é a autodefesa, que tem que ser das nossas comunidades. Tudo isso para dizer que nas lutas atuais do feminismo, nós poderíamos lutar juntas, mas não temos as mesmas análises, nem as mesmas propostas.

KAC: E com o feminismo negro?

JP: Com o feminismo das irmãs negras, também temos que ver de quais irmãs estamos falando. Uma coisa são as irmãs negras quilombolas, outra coisa são as irmãs negras das elites do feminismo negro. Nós aprendemos muito com as pensadoras como Audre Lorde, Angela Davis e essa luta também nos mostrou que as brancas não se questionaram, se não que continuaram sendo brancas com seu feminismo, não se questionam. E por isso nós não nos chamamos feminismo indígena. Na academia querem nos chamar de feminismo indígena. Falam em feminismos indígenas, ou feminismos comunitários. Assim falam na academia. Também falam em feminismos descoloniais. Não somos nada disso, nem feministas descoloniais, nem feministas indígenas, nós somos feministas comunitárias. A comunidade é uma proposta que nasce da memória ancestral da luta das mulheres dos povos originários e que se coloca como uma proposta hoje para que todas as mulheres, junto aos homens, construam comunidades com a mãe e irmã natureza. E para isso, as tonalidades da pele, as culturas às quais pertencem, não nos importa, desde que essas mulheres não façam disso um privilégio. Se não reforçam e se utilizam de seus privilégios e se querem fazer comunidades, no feminismo comunitário temos essa proposta: construir em todo o mundo, em todo o planeta, comunidades. Não é um feminismo apenas para as mulheres indígenas. Mas, obviamente, aprendemos muito com nossas irmãs autodenominadas feministas negras, especialmente as organizações de mulheres negras e com essas autoras que mencionei.

KAC: O feminismo comunitário traz uma premissa: Hacia la Comunidad Siempre. Como fica o indivíduo no contexto comunitário e qual o papel do corpo na luta?

JP: Nós não falamos em corpo-território como algo individualista. As feministas usam essa bandeira de 'meu corpo, meu território' e o que nós entendemos sobre isso? As decisões que tomo sobre meu corpo são minhas decisões, ninguém pode decidir por mim, por tanto, aí radicam as responsabilidades éticas que eu tenho com minha comunidade. A comunidade não vai decidir por mim e eu não vou esconder em minha comunidade as decisões que tomo, vou decidir por mim, são minhas as decisões. Porém, nas coisas que decido tenho que levar em conta minha comunidade. O feminismo é individualista. As mulheres se organizaram também com base nas reivindicações sobre os direitos individuais da revolução francesa, que são os direitos dos homens. Desde sua individualidade, as mulheres buscam construir esses dois indivíduos, homens e mulheres, iguais, individualistas em um mundo individualista, onde quem manda é a propriedade privada. Já no

conceito de território-corpo que nós construímos como feministas comunitárias, o corpo, sim, se responsabiliza pelos atos, como indivíduo, mas não para construir o individualismo, mas sim para construir a comunidade. O que faz a comunidade? O que eu espero da comunidade? O que faço eu como comunidade? O que fazemos juntos como comunidade? A ideia é que cada um seja profundamente individual, ou seja, que explicita o quão diferente é. Mostre suas capacidades, seus sonhos, aquilo que somente cada um pode ser. Cada um é único em nossa comunidade e queremos que cada um floresça em sua individualidade, não para construir o individualismo, mas sim para fortalecer a comunidade. Isso é outra forma de entender. Não é a homogeneização, não significa que nós simplesmente obedecemos à nossa comunidade. É difícil entender quando você vive sozinha. Não significa que a comunidade te dá ordens, mas existem coisas a que renunciamos, por que entendemos, ou às vezes não entendemos, mas é nossa comunidade. Por isso, nós feministas comunitárias empregamos a metáfora do corpo para explicar alguns pontos, dizemos: este olho, esta mão e esse pé são nossos irmãos homens; este olho, esta mão e este pé, somos nós as mulheres. Em uma comunidade forte os dois olhos estão abertos. Porém, em muitas comunidades só o olho dos homens está aberto; nessas comunidades as decisões acontecem sem o olho, sem a mão, sem a palavra das mulheres. E por isso a necessidade do feminismo comunitário, para abrir nossos olhos, para fazer com nossas mãos, para caminhar com nossos pés. Mas não para caminhar com nossos pés sozinhas, não é possível, temos também que caminhar com nossos irmãos, e com a nossa mãe e irmã natureza, todos como parte de nossa comunidade. Com essa metáfora do corpo explicamos os porquês da necessidade de que as mulheres temos que ter mais tempo e mais energia, e os homens precisam entender isso, que precisam nos fortalecer como mulheres, para que toda a comunidade esteja forte.

KAC: Durante a primeira marcha nacional das mulheres indígenas, que aconteceu em Brasília em agosto de 2019, colocou-se a importância de que essas mulheres ocupem cargos parlamentares. Você acredita que essa seja uma estratégia de descolonização efetiva do Estado?

JP: Eu vou respeitar o que as mulheres indígenas e os povos originários daqui decidam, essa é sua trajetória, seu caminhar. O que, sim, posso dizer é que, olhando para toda Abya Yala, os povos e as mulheres constroem diferentes estratégias. Os zapatistas constroem seus estados paralelos, seus territórios paralelos. Nos Estados Unidos, esses povos foram reduzidos e seguem lutando para que o Estado os reconheça. Na Bolívia, usamos a democracia burguesa para legitimar um governo que fez transformações importantes na estrutura do poder, e avançamos um pouco no que chamamos de Estado plurinacional. Foi uma grande conquista, mas quando olhamos para o processo histórico parece pouco. Acredito que é importante agarrar todas as estratégias que tenhamos, mas, sim, é fundamental questionar o que é a democracia. Todos, não apenas os povos indígenas, mas também os trabalhadores, enfim, todos deveríamos questionar: o que é essa democracia que nos estão vendendo? Realmente estamos elegendo representantes? Vejam

Trump, aqui Bolsonaro, todos os dias nas televisões dizendo coisas assustadoras, o que significa isso? Temos que questionar se essa democracia é a melhor maneira, se esse estado de poder é o melhor, se essa forma de eleger os governos é a melhor, se é realmente representativa. Está nos protegendo? Garante nossa vida, a convivência entre todos nós? Como vamos viver daqui em diante? O que é afinal a ditadura? O que fazem os meios de comunicação, as igrejas? Chegamos em um momento em que precisamos questionar, todas e todos. Acredito também que os povos originários de Pindorama, como os povos indígenas chamam o Brasil, tem muitas coisas para dizer. Existem irmãs e irmãos que precisaram lidar com o Estado, e esse processo acumulou conhecimentos que hoje pode alimentar a todas e todos, incluindo partidos políticos que querem revolucionar o sistema capitalista, o sistema democrático burguês.

KAC: Rita Laura Segato⁷ diz que estamos vivendo a fase apocalíptica do capital, aqui no Brasil o apocalipse parece estar se efetivando, com um governo que ataca aos povos indígenas diariamente. Qual a perspectiva para a luta das mulheres indígenas num cenário sul-americano apocalíptico?

JP: Lenin dizia que o imperialismo era a última fase do capitalismo, e vejam como segue durando. Rosa Luxemburgo dizia que o capitalismo tem seus mecanismos de reciclagem, não dizia com essas palavras, mas a questão é: até que os povos não parem o capital, ele não vai parar. Eu não sei se será o apocalipse, se vai acabar desastrosamente, assim como eu leio o apocalipse, ou se será esse desastre anunciando um desastre maior. Acredito que as mulheres originárias, com seus povos, temos muito para dizer. Nós aqui de Abya Yala. Porque outras são as mulheres da África, que vivem outro tipo de condições, das quais nós também podemos aprender. Mas acredito que aqui em Abya Yala, América como se diz, nós mulheres, com nossos povos, temos muito para dizer. Primeiro para dizer aos nossos irmãos e irmãs dos nossos próprios territórios. Como vamos solucionar a vida aqui? Nós como povos originários não estamos sós, estamos conformando povos maiores. Acredito que temos que dialogar em nossos territórios e acho que hoje os marcos são os Estados-Nação: Brasil, Peru. Mas também as territorialidades concretas: Andes, Amazônia e onde mais, mas temos que dialogar. Estou segura que as mulheres originárias, com os povos originários, e a partir dos povos originários, temos muito que aportar e dizer. Mulheres e homens lutadores, mesmo que não se reconheçam como povo originário. E o primeiro lugar, primeiro elemento em que temos que nos encontrar é na memória. De onde vem nossa palavra? A partir de que memória vamos falar? A mim me dói quando alguma irmã de pele clara e olhos azuis diz: eu não sou indígena. Sentindo alguma culpa. E não é assim. O feminismo comunitário não nos coloca num lugar de mulheres indígenas. Somos e nos reconhecemos, temos essa memória, decidimos. Mas estamos falando de construir a comunidade. Branca não é uma pessoa de pele clara. As tonalidades da pele são expressões da mãe e irmã natureza, eu tenho a pele escura e isso não me faz melhor que ninguém, nem melhor, nem pior. Não é claridade da pele que faz uma pessoa branca. Se essa mulher, esse homem,

7 Ver mais em Segato, 2016.

desde a claridade de sua pele decide usufruir de privilégios que lhe outorga o sistema patriarcal, capitalista, colonial, racista, excludente; se aceita sobre a sua pele esses privilégios, converte-se em uma branca, mas não é uma branca. Assim como se eu também, com minha cor de pele, me desespero por embranquecer e aceito privilégios sobre outras pessoas, sejam de pele clara, pele escura, negras, negros, quem sou eu? Uma branca. Ser branca é aceitar privilégios. É ter relações de privilégios, usufruir, oprimir aos outros povos. Por isso nosso feminismo pode curar. É um feminismo de encontro, um lugar onde nos cuidemos, nos amemos, e sonhemos. Esse é o feminismo comunitário, por isso temos muito para dizer em esse nosso continente e também ao mundo.

KAC: Julieta, muito obrigada!

JP: A ti las gracias hermana.

Referências

LUGONES, Maria. **Subjetividad esclava, colonialidad de género, marginalidad y opresiones múltiples Pensando los feminismos en Bolivia.** La Paz: Bolívia, 2012.

PAREDES, Julieta. **Hilando fino desde el feminismo comunitário.** Comunidad Mujeres Creando Comunnidade. La Paz: Melanie Cervantes, 2010.

PAREDES, Julieta. **El desafío de la despatriarcalización, entramado para la liberación de los pueblos.** La Paz: FECAY, 2016.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Verbete Abya Yala. In: SADER, E. (org) **Latinoamericana:** enciclopédia contemporânea da América Latina e do Caribe. São Paulo: Boitempo, 2006, p. 45.

SEGATO, Rita Laura. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. **E-cadernos CES**, v. 18, p. 106 – 131, 2012.

SEGATO, Rita Laura. **La guerra contra las mujeres.** Madrid: Traficantes de Sueños, 2016.